

11 2018

BOLETIM DE EXECUÇÃO

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



Índice

Apresentação	3
1. Síntese global	4
2. Subsetor do Governo Regional	5
2.1. Síntese	5
2.2. Receita	8
2.3. Despesa	12
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR	17
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	17
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	18
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	22
5. Anexos	24
6. Conceitos aplicados	26
7. Siglas e abreviaturas	27
8. Índice de Quadros	28

♦ Apresentação

O Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao final do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final de outubro de 2018.

♦ 1. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de outubro de 2018:

	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado 2018	VH (%)
Receita corrente	932.871,8	317.811,1	223.832,4	1.011.206,6	11,0
Impostos diretos	246.681,8	365,8	0,0	247.047,7	20,2
Impostos indiretos	453.455,4	15,0	0,0	453.470,3	6,6
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	232.734,5	317.430,3	223.832,4	295.114,0	5,3
Transferências correntes	195.550,6	310.547,8	189.583,7		8,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	182.804,5	2.319,6	123,6	,	3,4
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	18,3	291.712,4	187.150,1		0,0
Diferenças de consolidação	-,-	,	,	15.574,6	-7-
Receita de capital	84.313,8	58.726,3	12.324,1		12,7
Venda de bens de investimento	422,9	0,8	139,7	563,4	96,1
Transferências capital	83.187,3	58.468,9	12.100,6	136.422,9	14,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	70.965,4	0,0	0,0	70.965,4	2,0
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	5.512,7	11.821,3	0,0	0,0
Diferenças de consolidação				39,0	
Receita efetiva	1.017.185,6	376.537,4	236.156,6	1.149.276,0	11,2
Despesa corrente	933.865,0	310.697,9	220.430,6	1.001.684,8	-3,6
Consumo público	437.168,1	99.108,4	201.508,5	737.785,0	-3,4
Despesas com o pessoal	274.971,3	32.540,0	128.713,1		-1,8
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	162.196,7	66.568,4	72.795,4	•	-5,6
Subsídios	6.504,2	4.293,0	6,6		136,7
Juros e outros encargos	165.174,3	13,1	9.563,2		-12,1
Transferências correntes	325.018,4	207.283,4	9.352,4		10,2
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	1.778,4	0,0		-9,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	278.824,9	184.481,4	0,0	0,0 0,0	0,0
Diferenças de consolidação Despesa de capital	76.926,0	48.939,1	8.865,1	,	21,0
Investimento	45.303,0	3.528,5	8.754,1	-	-3,6
Transferências de capital	31.622,9	45.410,6	111,0		60,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	3.258,2	2.479,2	0,0		11,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	17.294,9	0,0	0,0	,	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	,	0,0
Diferenças de consolidação				0,0	
Despesa efetiva	1.010.791,0	359.637,0	229.295,7	1.119.120,1	-1,5
Saldo global	6.394,6	16.900,4	6.860,9	30.155,8	129,6
Por memória:					
Saldo corrente	-993,3	7.113,2	3.401,8	9.521,7	-107,5
Despesa corrente primária	768.690,7	310.684,8	210.867,4		-1,5
Saldo corrente primário	164.181,1	7.126,3	12.965,0		157,9
Saldo de capital	7.387,8	9.787,2	3.459,1	20.634,1	-19,0
Despesa primária	845.616,7	359.623,9	219.732,5	944.369,5	0,8
Saldo primário	171.568,9	16.913,5	16.424,0	204.906,4	111,4

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do

Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de outubro de 2018, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos

organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é excedentário em 30,2 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 132,1 milhões de euros face aos valores registados em outubro de 2017. O saldo primário atingiu os 204,9 milhões de euros e o saldo de capital ascendeu a 20,6 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 1.119,1 milhões de euros e a uma despesa primária de 944,4 milhões de euros. A

receita efetiva ascendeu a 1.149,3 milhões de euros.

Excluindo os pagamentos de dívidas de anos anteriores aos valores da execução orçamental consolidada, que totalizaram 136,4 milhões de euros, observa-se que o saldo global é positivo em 166,5 milhões de euros, com o saldo primário a registar um saldo mais favorável (267,7 milhões de euros).

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O saldo global registado no final de outubro de 2018 pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de 6,4 milhões euros, o que representa uma melhoria de 99,5 milhões de euros face a 2017. Este facto decorre essencialmente da diminuição das despesas com a Aquisição de serviços correntes e com Juros e outros encargos, que influenciaram a evolução descendente da despesa corrente, a par de evolução ascendente pronunciada, do nível de realização da receita corrente. A componente de capital registou uma evolução ascendente tanto ao nível da receita como da despesa. Excluindo da análise o efeito dos Juros e outros encargos, sobressai que o saldo é positivo em 171,6 milhões de euros.

As despesas correntes evoluíram negativamente, influenciadas

fundamentalmente pelas variações registadas nas despesas com a Aquisição de bens e serviços correntes e com Juros e outros encargos. A dinâmica evidenciada nas despesas com a Aquisição de bens e serviços correntes reflete a diminuição dos encargos com as SCUTS, sendo que ao nível dos Juros e outros encargos, o efeito descendente decorreu da concretização, em 2017, de operação de reestruturação de swaps de empresas públicas da Região, conforme deliberação do Conselho do Governo de 19 de janeiro de 2017 -Resolução n.º 21/2017.

Concomitantemente, o decréscimo das Despesas de capital, que se traduz numa variação homóloga de -2,2 milhões de euros, deriva da trajetória descendentes da Aquisição de bens de capital, sendo que ao nível das Transferências de capital registouse um acréscimo em termos homólogos, embora de intensidade insuficiente para inverter o efeito descendente verificado nas despesas desta natureza. A despesa efetiva registou um decréscimo de 3,2% face a 2017, tendo a receita efetiva evidenciado evolução no sentido materializada num acréscimo de 66.6 milhões de euros (7,0%). Especificamente, o saldo de capital apresenta-se positivo, apesar de ter registado um decréscimo de 13,0 milhões de euros face aos dez primeiros meses do ano anterior. O saldo corrente evidenciado no final de outubro de 2018 ascendeu a -1,0 milhões de euros e o saldo de capital a 7,4 milhões de euros.

Uma análise mais fina permite constatar que, em termos homólogos, na vertente corrente, a *receita* aumentou 9,6%, tendo a *despesa* diminuído em menor proporção

(-3,2%),essencialmente devido dinâmicas observadas ao nível dos Juros e outros encargos e da Aquisição de bens e serviços correntes. O saldo alobal evidenciado em outubro de 2018 resulta do comportamento da receita efetiva, que variou 7,0%, influenciada positivamente pela evolução registada ao nível da componente corrente (9,6%),e negativamente pela evolução descente descrita pela componente de capital (-15,3%). Por seu turno, registou-se um decréscimo da despesa efetiva (-3,2%), o condicionado qual foi no sentido descendente pela evolução de todas as suas componentes, à exceção das Transferências e dos Subsídios.

Estas variações estão evidenciadas no QUADRO II:

	2017	2018	VH (%)
Receita corrente	851.061,1	932.871,8	9,6
Receitas fiscais	630.119,3	700.137,2	11,1
Impostos diretos	204.888,1	246.681,8	20,4
Impostos indiretos	425.231,1	453.455,4	6,6
Outras receitas correntes	220.941,9	232.734,5	5,3
Receita de capital	99.549,0	84.313,8	-15,3
Receita efetiva	950.610,1	1.017.185,6	7,0
Despesa corrente	964.581,7	933.865,0	-3,2
Despesas com o pessoal	281.992,6	274.971,3	-2,5
Aquisição de bens e serviços	177.835,3	161.590,2	-9,1
Juros e outros encargos	188.676,8	165.174,3	-12,5
Transferências correntes	314.124,1	325.018,4	3,5
Administrações Públicas	270.580,4	278.824,9	3,0
Outras	43.543,7	46.193,5	6,1
Subsídios	1.155,2	6.504,2	463,1
Outras despesas correntes	797,7	606,5	-24,0
Despesa de capital	79.112,7	76.926,0	-2,8
Investimento	50.379,9	45.303,0	-10,1
Transferências de capital	28.732,8	31.622,9	10,1
Administrações Públicas	14.746,3	20.553,1	39,4
Outras	13.986,5	11.069,8	-20,9
Despesa efetiva	1.043.694,3	1.010.791,0	-3,2

Saldo global	-93.084,2	6.394,6	106,9
Por memória:			
Saldo corrente	-113.520,5	-993,3	99,1
Saldo de capital	20.436,3	7.387,8	-63,8
Saldo primário	95.592,6	171.568,9	79,5
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	111.198,0	38.091,1	-65,7

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

 $A \, execução \, calculada \, tem \, por \, referência \, o \, orçamento \, retificado, \, \grave{a} \, data, \, a \, p\'os \, os \, respetivos \, reforços \, e \, anulações.$

- Em outubro de 2018, o saldo primário ascendeu a 171,6 milhões de euros, o que representa uma subida de cerca de 76,0 milhões de euros relativamente a 2017;
- Verifica-se uma melhoria do saldo corrente face a 2017, materializada num acréscimo de 112,5 milhões de euros;

A variação homóloga do saldo global resulta de uma trajetória ascendente da *receita efetiva*, a par de um decréscimo menos pronunciado da *despesa efetiva*.

Concretamente, a receita efetiva aumentou 66,6 milhões de euros, tendo a despesa efetiva diminuído, em termos homólogos 32,9 milhões euros, justificando, assim, a formação do saldo global de 6,4 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -1,0 milhões de euros e num saldo de capital de 7,4 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de outubro do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov. Regional (outubro)					
	2017	2018	VH (%)		
Receita corrente	151.852,3	157.269,6	3,6		
Receitas fiscais	86.451,0	85.881,0	-0,7		
Outras receitas correntes	45.699,9	51.244,4	12,1		
Receita de capital	19.701,4	20.144,2	2,2		
Receita efetiva	171.553,7	177.413,8	3,4		
Despesa corrente	97.532,4	103.730,4	6,4		
Despesas com o pessoal	26.312,9	25.548,2	-2,9		
Aquisição de bens e serviços	37.068,9	40.840,3	10,2		
Juros e outros encargos	1.720,2	1.511,4	-12,		
Despesa de capital	7.986,1	15.384,6	92,6		
Investimento	6.232,5	6.594,0	5,8		
Transferências de capital	1.753,6	8.790,6	401,3		
Despesa efetiva	105.518,5	119.115,0	12,9		
Saldo global	66.035,2	58.298,7	-11,7		
Por memória:					
Saldo corrente	54.320,0	53.539,2	-1,4		
Saldo de capital	11.715,3	4.759,6	-59,4		

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

67.755,4

A execução orçamental relativa ao mês de outubro expressa uma trajetória parcialmente distinta da observada em termos acumulados para 2018. Com efeito, a receita efetiva registou um acréscimo de 3,4% face ao evidenciado em outubro de 2017, tendo-se comprovado um acréscimo da despesa efetiva (12,9%), o que induziu, não obstante, à formação de um saldo global positivo em outubro de 2018.

Saldo primário

♦ 2.2. Receita

 A receita efetiva do Governo Regional aumentou 7,0% até ao final de outubro Concretamente, o saldo global revela que a receita efetiva foi superior à despesa efetiva em 58,3 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram os 53,5 milhões de euros e os 4,8 milhões de euros, respetivamente.

59.810,1

-11,7

de 2018, comparativamente ao período homólogo de 2017, em virtude da

evolução ascendente evidenciada pela componente fiscal (11,1%), tendo a componente não fiscal evoluído em sentido contrário (-1,1%). A dinâmica evidenciada pela componente não fiscal é determinada pela variação registada na componente de capital, influenciada pelas quebras registadas nas Transferências de capital e nas Reposições não abatidas nos pagamentos, motivada em particular pela forte diminuição da entrega de saldos de gerência de serviços e fundos autónomos (127,5 milhões de euros), nos termos do artigo 13.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2017/M, de 7 de março. A componente corrente, registou um acréscimo em termos homólogos (5,3%),alavancada fundamentalmente pela evolução positiva evidenciada pelas Transferências correntes (9,2%). Na componente fiscal, assinala-se evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (6,6%), motivada, fundamentalmente, pela variação positiva do IVA. Paralelamente, ao nível da fiscalidade direta, observou-se uma variação de 20,4% em termos homólogos, em consequência comportamento positivo dos impostos sobre o rendimento. Ao nível tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares registou-se

acréscimo (0,7%), face ao evidenciado nos primeiros dez meses de 2017, tendo a receita proveniente dos impostos sobre os rendimentos das pessoas coletivas evoluído no mesmo sentido e forma mais pronunciada (75,4%);

- ◆ O IVA registou uma evolução positiva (9,7%) face a 2017, por via da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março;
- Ao nível da receita não fiscal, a variação de -1,1% face a outubro de 2017 reflete dinâmicas de evoluções distintas entre as componentes corrente e de capital, sendo que na componente corrente, registou-se uma variação de 11,8 milhões de euros, motivada, em larga medida, pelo acréscimo nas receitas provenientes das Transferências correntes (16,4 milhões de euros). Por seu turno, a evolução evidenciada na componente de capital (-15,2 milhões de euros) é justificada essencialmente pelos decréscimos nas Transferências de capital, no Saldo da gerência anterior e nas Reposições não abatidas nos pagamentos;
- Em suma, a receita fiscal fixou-se nos 700,1 milhões de euros em outubro de 2018, refletindo uma variação de 11,1% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal em outubro de 2018 (11,1%) reflete as

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 11, OUTUBRO de 2018 ≈ ISSN 2182-6331

trajetórias ascendentes evidenciadas tanto pela componente direta (20,4%), como pela indireta (6,6%); O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à receita fiscal.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)					
	2017	2018	VH (%)		
Receita fiscal	630.119,3	700.137,2	11,1		
Impostos Diretos	204.888,1	246.681,8	20,4		
IRS	150.938,6	152.037,0	0,7		
IRC	53.949,5	94.644,8	75,4		
Outros	0,0	0,0	0,0		
Impostos Indiretos	425.231,1	453.455,4	6,6		
ISP	46.886,7	47.572,4	1,5		
IVA	312.579,6	342.773,8	9,7		
ISV	7.980,0	8.164,1	2,3		
Imposto de consumo sobre o tabaco	31.967,5	27.536,8	-13,9		
IABA	5.795,9	6.045,8	4,3		
Outros	20.021,4	21.362,4	6,7		
Imposto de Selo	16.347,0	16.761,6	2,5		
IUC	3.138,6	3.705,2	18,1		
Receita não fiscal	320.490,8	317.048,4	-1,1		
Receita efetiva	950.610,1	1.017.185,6	7,0		

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

A evolução dos impostos diretos de 2017 para 2018 foi a seguinte:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
 Singulares (IRS) Apresenta uma
 evolução positiva face ao nível de receita
 evidenciado no período homólogo de
 2017 (0,7%);
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação positiva de 75,4% relativamente ao final de outubro de 2017.
- A variação registada em sede de IRS espelha a variação homologa positiva dos pagamentos antecipados por conta

- do imposto final, assim como uma evolução positiva do imposto retido na fonte que derivada de um aumento de rendimento disponível nas famílias madeirenses.
- No IRC, verifica-se para este último período o cumprimento da obrigação de pagamento especial por conta e por regularizações de pagamentos por conta, valorizando a receita em sede deste imposto.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) — verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2017 (9,7%), em virtude da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março;
- Imposto sobre Veículos (ISV) a receita acumulada registou uma variação de 2,3% face ao período homólogo de 2017;
- ◆ Imposto de Selo (IS) O IS verifica uma variação homóloga positiva, registando um acréscimo de 2,5%, derivado essencialmente neste último período por uma valorização do imposto retido por via da rubrica "IS-operações financeiras";
- No IRC, verifica-se uma estabilização face ao período anterior, originada pela compensação dos reembolsos referentes à liquidação do imposto de 2017.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) — verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2017 (9,7%), em virtude da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março;

- Imposto sobre Veículos (ISV) a receita acumulada registou uma variação de 2,3% face ao período homólogo de 2017;
- ◆ Imposto de Selo (IS) O IS verifica uma variação homóloga positiva, registando um acréscimo de 2,5%;
- Imposto sobre o Tabaco (IT) a receita líquida acumulada registou um acréscimo de 13,9% comparativamente a 2017;
- ◆ Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) — a arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução de 2017 (1,5%).

A receita não fiscal apresenta uma variação de -1,1%, influenciada negativamente pela evidenciada nível variação ao componente de capital, em particular das Transferências de capital (-13,4%). A componente corrente evoluiu no sentido inverso, sendo de destacar o acréscimo das Transferências (+9,2%),correntes parcialmente explicado pela aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 23/2018 de 10 de abril, em particular no que concerne à distribuição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais.

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2017	2018	Grau de Execução em 2018 (%)	VH (%)
Receita fiscal	630.119,3	700.137,2	82,5%	11,1
Receita não fiscal	320.490,8	317.048,4	70,7%	-1,1
Correntes	220.941,9	232.734,5	91,3%	5,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17.573,8	17.669,9	92,1%	0,5
Rendimentos da Propriedade	16.391,5	11.318,1	85,7%	-31,0
Transferências Correntes	179.104,8	195.550,6	94,7%	9,2
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.706,3	6.812,4	76,7%	1,6
Outras Receitas Correntes	1.165,4	1.383,5	19,3%	18,7
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%	
Capital	99.549,0	84.313,8	43,5%	-15,3
Venda de Bens de Investimento	250,3	422,9	1,1%	69,0
Transferências de Capital	96.111,4	83.187,3	54,8%	-13,4
Outras Receitas de Capital	0,0	0,1	0,0%	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	3.187,3	703,5	19,4%	-77,9
Receita efetiva	950.610,1	1.017.185,6	78,4%	7,0

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

♦ 2.3. Despesa

 A despesa efetiva, relativa aos dez primeiros meses de 2018 do Governo Regional, diminuiu 3,2% entre 2017 e 2018, tendo apresentado um grau de execução de 68,5% em 2018.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-outubro)

	2017	2018	2017	2018	VH (%)
	2017	2010	Grau de Exe	cução (%)	VII (/0)
Despesa corrente	964.581,7	933.865,0	76,7	75,4	-3,2
Despesas com o pessoal	281.992,6	274.971,3	79,4	75,7	-2,5
Remunerações Certas e Permanentes	227.230,6	220.268,6	80,6	76,9	-3,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	4.041,3	4.023,3	77,7	75,7	-0,4
Segurança social	50.720,8	50.679,5	74,6	71,2	-0,1
Aquisição de bens e serviços correntes	177.835,3	161.590,2	76,2	75,8	-9,1
Juros e outros encargos	188.676,8	165.174,3	86,8	81,8	-12,5
Transferências correntes	314.124,1	325.018,4	78,2	74,8	3,5
Administrações Públicas	270.580,4	278.824,9	78,9	77,0	3,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	270.580,4	278.824,9	78,9	77,0	3,0
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	43.543,7	46.193,5	74,1	63,5	6,1
Subsídios	1.155,2	6.504,2	11,4	50,5	463,1
Outras despesas correntes	797,7	606,5	2,0	4,7	-24,0
Despesa corrente primária	775.904,9	768.690,7	74,5	74,2	-0,9
Despesa de capital	79.112,7	76.926,0	36,3	32,4	-2,8
Investimento	50.379,9	45.303,0	35,6	28,1	-10,1
Transferências de capital	28.732,8	31.622,9	42,3	47,9	10,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	1.043.694,3	1.010.791,0	70,7	68,5	-3,2
Por memória:					
Ativos financeiros	111.198,0	38.091,1	86,6	64,8	-65,7
Passivos financeiros	116.105,1	351.907,7	91,6	86,5	203,1

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2017 para 2018 foram os seguintes:

- Diminuição das despesas inseridas na rubrica Aquisição de bens e serviços correntes (-9,1%), motivado, essencialmente, pela diminuição dos encargos com as SCUTS;
- Diminuição da despesa com Juros e outros encargos (-12,5%);
- Acréscimo da despesa relativa a Transferências correntes (3,5%);
- Diminuição na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (-191,1 mil euros);

Diminuição das Despesas de capital, motivada pela redução das despesas com a Aquisição de bens de capital (-5,1 milhões de euros), parcialmente contrariada pela evolução positiva evidenciada pelas Transferências de capital (2,9 milhões de euros);

€ Milhares

- Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 97,7 milhões de euros, contra 111,0 milhões em 2017;
- A rubrica relativa às Despesas com o pessoal registou uma variação homóloga de -2,5%, ou seja, menos 7,0 milhões de euros;

efetiva. Comparativamente a 2017, a componente corrente da despesa manteve o seu peso relativo na *Despesa* efetiva.

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificaç	€ Milhares		
	2017	2018	Peso na estrutura em 2018
Funções Gerais de Soberania	71.312,2	74.059,4	7,3
Serviços Gerais da Administração Pública	69.606,6	66.530,0	6,6
Segurança e Ordem Públicas	1.705,6	7.529,4	0,7
Funções Sociais	556.414,8	561.277,0	55,5
Educação	258.921,7	260.510,6	25,8
Saúde	234.844,9	248.585,5	24,6
Segurança e Ação Sociais	5.911,2	5.074,6	0,5
Habitação e Serviços Coletivos	29.902,5	23.804,2	2,4
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	26.834,4	23.302,1	2,3
Funções Económicas	227.521,6	210.330,6	20,8
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	30.485,1	32.929,5	3,3
Indústria e Energia	948,6	1.454,7	0,1
Transportes e Comunicações	171.773,6	144.978,9	14,3
Comércio e Turismo	18.249,2	20.111,4	2,0
Outras Funções Económicas	6.065,1	10.856,2	1,1
Outras Funções	188.445,8	165.124,1	16,3
Operações da Dívida Pública	188.445,8	165.124,1	16,3
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0

Despesa Efetiva	1.043.694,3	1.010.791,0	100,0
Por memória:			
Ativos financeiros	111.198,0	38.091,1	3,8
Funções Gerais de Soberania	26.856,4	1.008,8	0,1
Funções Sociais	75.750,0	25.527,6	2,5
Funções Económicas	8.591,6	11.554,7	1,1
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	116.105,1	351.907,7	34,8

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

 A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 55,5% do total, seguindo-se as funções económicas (20,8%), as outras funções (16,3%) e as funções gerais de soberania (7,3%);

- Nas funções sociais, destacam-se as verbas destinadas à educação (260,5 milhões de euros) e à saúde (248,6 milhões de euros) e que representam, no seu conjunto, 91% das despesas em funções sociais. As despesas com a educação aumentaram 1,6 milhões de euros, sendo que na saúde o montante pago foi superior ao de outubro de 2017 em 13,7 milhões de euros, em consequência das despesas já realizadas com vista à construção do novo Hospital Central da Madeira;
- As despesas com as funções económicas diminuíram em 2018 face à execução de 2017, observando uma variação de -17,2 milhões de euros, explicada fundamentalmente pelo decréscimo das despesas na subfunção *Transportes e* comunicações;
- Nas outras funções, os 165,1 milhões de euros realizados tiveram como finalidade operações da dívida pública – representando uma variação de -12,4% face à execução registada em 2017;
- Nas funções gerais de soberania, a execução ascendeu a 74,1 milhões de euros, o que representou uma variação de 3,9% face ao registado até ao final de outubro de 2017, influenciada pelo

- acréscimo patenteado nas rúbricas de Aquisição de bens e serviços correntes, que totalizou 2,9 milhões de euros;
- Em relação à execução orçamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional de Educação, que despendeu 276,2 milhões de euros, dos quais 77,3% são respeitantes às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional da Saúde executou 241,5 milhões de euros, maioritariamente canalizados para transferências correntes destinadas à área da Saúde. A Vice-Presidência do Governo que executou 234,5 milhões de euros, afetos fundamentalmente ao pagamento de Juros e outros encargos. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 3,7 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal (79,1%). As Assembleia transferências para а Legislativa da Madeira ascenderam a 11,1 milhões de euros até ao final de outubro de 2018.
- O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência	Educação	Saude	Agricultura e Pescas	Ambiente e Recursos Naturais	Inclusão e Assuntos Sociais	Equipamentos e Infraestruturas	Turismo e Cultura	TOTAL
Despesa corrente	11.130,0	3.451,7	216.465,0	267.817,6	237.726,2	20.722,1	10.549,8	18.596,2	125.449,4	21.956,9	933.865,0
Despesas com o pessoal	0,0	2.890,0	18.528,5	213.597,1	1.256,8	14.166,6	3.535,0	3.564,0	9.928,5	7.504,9	274.971,3
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2.043,0	14.797,8	171.223,0	991,6	11.274,6	2.900,1	2.921,5	8.023,2	6.093,6	220.268,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	288,0	415,6	2.732,7	5,2	300,0	29,5	39,4	133,7	79,3	4.023,3
Segurança social	0,00	559,0	3.315,1	39.641,3	260,1	2.592,1	605,4	603,0	1.771,6	1.331,9	50.679,5
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	524,4	23.031,2	12.644,6	175,4	1.841,7	676,6	622,3	115.485,0	6.589,1	161.590,2
Aquisição de bens	0,00	110,3	268,2	4.884,7	6,5	267,2	28,0	8,3	811,7	1.564,2	7.949,2
Aquisição de serviços	0,00	414,1	22.763,0	7.759,9	168,9	1.574,5	648,6	613,9	114.673,3	5.024,9	153.641,0
Juros e outros encargos	0,0	0,0	165.159,2	15,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	165.174,3
Transferências correntes	11.130,0	37,0	3.719,2	41.425,4	236.290,7	4.585,0	5.534,9	14.409,7	33,4	7.853,1	325.018,4
Administrações Públicas	11.130,0	0,0	2.538,3	9.483,5	234.300,3	3.395,5	5.528,3	12.449,0	0,0	0,0	278.824,9
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	11.130,0	0,0	2.538,3	9.483,5	234.300,3	3.395,5	5.528,3	12.449,0	0,0	0,0	278.824,9
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	37,0	1.180,9	31.941,9	1.990,4	1.189,5	6,6	1.960,7	33,4	7.853,1	46.193,5
Subsídios	0,0	0,0	5.567,8	65,6	0,0	90,0	780,9	0,0	0,0	0,0	6.504,2
Outras despesas correntes	0,0	0,2	459,2	70,0	3,3	38,8	22,4	0,3	2,5	9,8	606,5
Despesa de capital	0,0	200,7	18.083,9	8.418,0	3.797,7	3.455,5	3.094,7	8.210,5	31.560,2	104,8	76.926,0
Investimento	0,0	200,7	12.099,7	553,1	1,7	283,9	2.850,6	2,2	29.206,4	104,8	45.303,0
Transferências de capital	0,0	0,0	5.984,2	7.864,9	3.796,0	3.171,6	244,1	8.208,4	2.353,8	0,0	31.622,9
Administrações Públicas	0,0	0,0	5.039,1	243,1	3.796,0	3.171,6	95,0	8.208,4	0,0	0,0	20.553,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.610,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2.610,6
Administração Regional	0,0	0,0	4.391,5	243,1	3.796,0	56 1,0	95,0	8.208,4	0,0	0,0	17.294,9
Administração Local	0,0	0,0	647,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	647,6
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	945,1	7.621,8	0,0	0,0	149,1	0,0	2.353,8	0,0	11.069,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
											0,0
Despesa efetiva	11.130,0	3.652,4	234.548,9	276.235,6	241.523,9	24.177,6	13.644,5	26.806,8	157.009,6	22.061,7	1.010.791,0
Por memória:											
Ativos financeiros Passivos financeiros		0,0	12.363,5 351.907,7	0,0	0,0	200,0	1.460,0	0,0	24.067,6	0,0	38.091,1 351.907,7
rassivus IIIIalicellus		0,0	351.907,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	351.907,7

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- Com a entrada em vigor do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - CARAM Centro de Abate da Região
 Autónoma da Madeira, EPERAM;
 - IHM Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM Serviço Regional de Saúde,
 E.P.E.;
 - ARDITI Agência Regional para o
 Desenvolvimento da Investigação,
 Tecnologia e Inovação Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ♦ O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas. considerando a informação acumulada até ao final de outubro de 2018, situouse em 6,9 milhões de euros. Para este montante contribuem as despesas com o pessoal (128,7 milhões de euros), com a aquisição de bens e serviços correntes (71,1 milhões de euros), com juros e outros encargos (9,6 milhões de euros) e com transferências correntes (9,4 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 220,4 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da aquisição de bens de capital totalizou 8,8 milhões de euros. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 223,8 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a 12,3 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final outubro de 2018.
- Verifica-se uma melhoria no saldo global das EPR de 26,8 milhões de euros face ao registado em outubro de 2017, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR (janeiro-outubro)	€ Milhares	
	2017	2018
Entidades Públicas Reclassificadas	-19.902,7	6.860,9

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Servicos Fundos Os e Autónomos registaram um excedente de 16,9 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas transferências Administração Pública Regional (APR), que atingiram 291,7 milhões de euros, o que representa 97,7% da receita corrente arrecadada em 2018. Nas receitas de capital - não considerando o saldo da gerência anterior -, as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital em 2017 (90,5%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e com o pessoal, que representaram 97,8% da despesa efetiva.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos	€ Milhares		
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	16.900,4	6.860,9	23.761,2
Por memória:			
Despesa primária	359.623,9	219.732,5	579.356,4
Saldo primário	16.913,5	16.424,0	33.337,6
Saldo corrente	7.113,2	3.401,8	10.515,0
Saldo de capital	9.787,2	3.459,1	13.246,2
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	146,4	428,8	575,2
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	35.949,3	35.949,3

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

19

O saldo global (SFA+EPR) relativo aos dez primeiros meses de 2018 totalizou 23,8 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelas EPR, cujo saldo global ascendeu a 6,9 milhões de euros, reforçado pelo efeito ascendente registado pelos SFA,

que registaram um saldo de 16,9 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 10,5 e 13,2 milhões de euros. A *despesa primária* fixouse nos 579,4 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 33,3 milhões de euros.

		Peso na estrutura	
	SFA	EPR	em 2018
Receita corrente	317.811,1	223.832,4	541.643,5
Impostos diretos	365,8	0,0	365,8
Impostos indiretos	15,0	0,0	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.974,0	9.057,8	12.031,7
Transferências Correntes	310.547,8	189.583,7	500.131,6
União Europeia	16.511,7	2.284,0	18.795,7
Outras transferências	294.036,1	187.299,7	481.335,8
Venda de bens e serviços correntes	3.289,1	13.082,2	16.371,3
Outras Receitas Correntes	619,4	12.108,7	12.728,1
Receita de capital	58.726,3	12.324,1	71.050,5
Venda de bens de investimento	0,8	139,7	140,5
Transferências de capital	58.468,9	12.100,6	70.569,5
União Europeia	52.956,2	279,3	53.235,6
Outras transferências	5.512,7	11.821,3	17.334,0
Outras Receitas de Capital	0,0	78,9	78,9
Receita efetiva	376.537,4	236.156,6	612.693,9
Despesa corrente	310.697,9	220.430,6	531.128,5
Despesas com o pessoal	32.540,0	128.713,1	161.253,0
Aquisição de bens e serviços	66.484,9	71.102,5	137.587,4
Juros e outros encargos	13,1	9.563,2	9.576,3
Transferências correntes	207.283,4	9.352,4	216.635,7
Outros subsetores das Administrações Públicas	1.778,4	0,0	1.778,4
Outras transferências	205.505,0	9.352,4	214.857,3
Subsídios	4.293,0	6,6	4.299,6
Outras despesas correntes	83,6	1.692,9	1.776,4
Despesa de capital	48.939,1	8.865,1	57.804,2
Investimento	3.528,5	8.754,1	12.282,6
Transferências de capital	45.410,6	111,0	45.521,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	359.637,0	229.295,7	588.932,7
Ativos financeiros	8.070,7	670,1	8.740,8
Passivos financeiros	0,0	35.941,6	35.941,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Saldo global	16.900,4	6.860,9	23.761,2

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

Em termos de execução mensal, constatase que o saldo global do mês de outubro dos SFA e EPR ascendeu a -5,3 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido um *deficit* de -7,4 milhões de euros, e o de capital um resultado de 2,1 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 57,3 milhões de euros e o saldo primário fixou-se em -1,9 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro)

€ Milhares

		•	•
Receita corrente	28.110,8	18.455,1	46.565,9
Impostos diretos	71,3	0,0	71,3
Impostos indiretos	3,0	0,0	3,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	28.036,5	18.455,1	46.491,6
Transferências correntes	27.204,7	15.603,3	42.808,0
Receita de capital	7.243,9	1.550,7	8.794,6
Venda de bens de investimento	0,8	0,2	1,0
Transferências capital	7.174,5	1.547,2	8.721,7 0,0
Receita efetiva	35.354,7	20.005,8	55.360,5
Despesa corrente	27.371,3	26.565,4	53.936,7
Consumo público	10.134,3	22.287,3	32.421,7
Despesas com o pessoal	3.010,0	14.577,5	17.587,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	7.124,3	7.709,9	14.834,2
Subsídios	378,5	0,0	378,5
Juros e outros encargos	0,0	3.357,1	3.357,2
Transferências correntes	16.858,3	921,0	17.779,4
Despesa de capital	5.243,2	1.432,0	6.675,2
Investimento	2.014,7	1.432,0	3.446,7
Transferências de capital	3.228,5	0,0	3.228,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	32.614,4	27.997,5	60.611,9

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

O quadro XIII apresenta os saldos de outubro dos subsetores do Governo Regional, SFA e EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçame	ntal Gov. Reg., SFA e		€ Milhares		
		áveis - Gov. Regional e sem EPR)	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	outubro 2018	janeiro-outubro 2018	outubro 2018	janeiro-outubro 2018	
Saldo global	57.829,6	23.294,9	32.953,2	30.155,8	
Por memória:					
Saldo corrente	49.706,1	6.119,9	26.074,2	9.521,7	
Despesa corrente primária	87.735,1	1.079.375,5	110.943,4	826.934,2	
Saldo corrente primário	51.217,5	171.307,4	30.942,8	184.272,4	
Saldo de capital	8.123,5	17.175,0	6.878,9	20.634,1	
Despesa primária	105.497,6	1.205.240,6	130.137,9	944.369,5	
Saldo primário	59 341 0	188 482 4	37 821 7	204 906 4	

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA) ascendeu, em termos acumulados, a 6,1 milhões de euros, tendo o *saldo de capital*

atingido 17,2 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende

a 188,5 milhões de euros em outubro de 2018. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada em 2018 foi de 1.011,2 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza correspondeu a 1.001,7 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 138,1 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a

117,4 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 1.149,3 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 1.119,1 milhões de euros.

No quadro XIV está expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	outubro 2018 jane	eiro-outubro 2018	outubro 2018	janeiro-outubro 2018	
Receita corrente	138.952,6	1.250.682,8	141.886,2	1.011.209,0	
Impostos diretos	27.887,1	247.047,7	27.887,1	247.047,7	
Impostos indiretos	58.068,2	453.470,3	58.068,2	453.470,3	
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outras receitas correntes	52.997,2	550.164,8	55.930,8	295.116,4	
Transferências correntes	46.943,2	214.367,7	47.025,1	216.801,3	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	44.464,0	185.124,1	44.464,0	185.247,7	
Receita de capital	25.886,0	143.040,2	26.073,5	138.069,4	
Venda de bens de investimento	73,9	423,7	74,1	563,4	
Transferências capital	25.702,9	136.182,6	25.886,9	136.422,9	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	17.741,3	70.965,4	17.741,3	70.965,4	
Receita efetiva	164.838,6	1.393.723,0	167.959,6	1.149.278,4	
Despesa corrente	89.246,5	1.244.562,9	115.812,0	1.001.684,8	
Consumo público	76.600,1	536.276,5	98.887,4	737.785,0	
Despesas com o pessoal	28.558,2	307.511,3	43.135,6	436.224,4	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	48.042,0	228.765,2	55.751,8	301.560,6	
Subsídios	380,7	10.797,2	380,7	10.801,4	
Juros e outros encargos	1.511,4	165.187,5	4.868,5	174.750,6	
Transferências correntes	10.754,2	68.995,5	11.675,2	78.347,8	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	153,1	1.778,4	153,1	1.778,4	
Despesa de capital	17.762,5	125.865,1	19.194,5	117.435,3	
Investimento	8.608,7	48.831,6	10.040,7	57.585,6	
Transferências de capital	9.153,8	59.738,7	9.153,8	59.849,7	
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	2.192,2	5.737,4	2.192,2	5.737,4	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	107.009,0	1.370.428,0	135.006,5	1.119.120,1	
-					

^{*} Inclui diferenças de consolidação da receita e da despesa, em linha com o apuramento efetuado no Quadro I

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de outubro de 2018 ascendia a 250,3 milhões de euros, dos quais 79,8% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 5,0% do montante do passivo verificado;
- Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 231,3 milhões de euros;
- Até 31 de outubro, comparando com 01/01/2018, a Região diminuiu os passivos em 82,4 milhões de euros, tendo os pagamentos em atraso registado uma quebra de 4,0 milhões de euros;
- Desde o início de 2012, e considerando o mesmo universo de entidades, a

- redução de passivos ascendeu a 2.441,7 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.108,4 milhões de euros;
- Os pagamentos em atraso apurados até ao final de outubro 2018 correspondem a 18,2 milhões de euros, dos quais 4,8 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (68,2%) e ao Governo Regional (25,8%);
- Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de bens e serviços correntes representar 18,4% do total do Passivo e 38,5% dos pagamentos em atraso;
- Os quadros seguintes sintetizam a situação relativa aos primeiros dez meses de 2018 da Administração Regional, no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administ	ração Regional, no f	inal de outubro de	2018 (valores acum	nulados)		€ Milhares	
		outubro de 2018			Variação face ao stock inicial de janeiro		
Total	9	Stock final do perí	odo		Contas a	Pagamentos	
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em	Passivo	pagar	em atraso	
	1 033100	Contas a pagar	atraso		paga.	e deraso	
Despesas Correntes	205.556,49	152.349,58	17.583,60	-28,10%	-28,24%	-9,03%	
Despesas com Pessoal	5.105,13	4.445,61	3,03	75,85%	87,97%	-75,63%	
Aquisições de Bens e Serviços	46.006,55	44.218,12	6.987,66	-17,66%	-16,92%	-17,73%	
Juros e outros encargos	148.889,36	100.902,31	10.301,17	-28,48%	-28,13%	-2,16%	
Transferências Correntes	4.659,79	1.940,00	280,07	-73,29%	-88,11%	-1,00%	
Subsídios	575,75	535,12	0,00	-51,28%	4175,12%	0,00%	
Outras Despesas Correntes	319,90	308,42	11,68	5,18%	1752,40%	-0,77%	
Despesas de Capital	44.699,47	26.885,47	572,50	-4,45%	5,07%	-79,56%	
Aquisições de Bens de Capital	27.493,83	12.593,63	341,92	7,07%	60,27%	-86,30%	
Transferências de Capital	17.205,63	14.291,84	230,58	-18,47%	-19,39%	-24,54%	
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
Total	250.255,95	179.235,05	18.156,11	-24,77%	-24,66%	-17,96%	
Total excluindo novas EPR	231.265,44	160.257,02	13.378,94	-24,05%	-24,01%	-16,04%	

a) Compreende as Entidades Públicas Reclassificadas que passaram a figurar nos reportes mensais a partir de 01/01/2016 Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2018 (valores acumulados) € Milhar							
		outubro de 201	Variação face ao stock inicial de janeiro				
Governo Regional	Stock final do período			Passivo	Contas a	Pagamentos	
	Passivo C	Contas a pagar	Pagamentos em	Passivo	pagar	em atraso	
			atraso				
Despesas Correntes	162.386,51	110.971,26	4.222,55	-24,63%	-23,39%	-0,22%	
Despesas de Capital	37.293,70	22.179,71	467,52	-13,63%	-10,15%	-82,12%	
Total	199.680,22	133.150,97	4.690,07	-22,79%	-21,47%	-31,50%	
Fanta, Visa Pracidância de Cayarna Bagian	al		•				

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2018 (valores acumulados) € Milhare							
		outubro de 201	Variação face ao stock inicial de janeiro				
Serviços e Fundos Autónomos	Stock final do período				Contas a	Pagamentos	
Serviços e rundos Autonomos	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso	Passivo	pagar	em atraso	
Despesas Correntes	9.492,64	7.946,84	1.085,51	-59,21%	-63,33%	0,00%	
Despesas de Capital	3.119,11	3.119,11	0,00	17083,42%	17083,42%	0,00%	
Total	12.611,76	11.065,95	1.085,51	-45,85%	-48,99%	0,00%	

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de outubro de 2018 (valores acumulados)						
outubro de 2018			Variação face ao stock inicial de janeiro			
Stock final do período				Contaca	Pagamentos	
Passivo	Contas a nagar	Pagamentos em	Passivo		em atraso	
1 assivo Contas a pagar	atraso		paga.	em de do		
33.677,33	33.431,48	12.275,55	-28,62%	-26,98%	-12,39%	
4 200 65	4 506 65	104.00	40.570/	70.200/	42.649/	
4.286,65	1.586,65	104,98	19,57%	79,28%	-43,61%	
37.963,98	35.018,13	12.380,53	-25,22%	-24,96%	-12,80%	
	Passivo 33.677,33 4.286,65	Outubro de 201 Stock final do perí Passivo Contas a pagar 33.677,33 33.431,48 4.286,65 1.586,65	Outubro de 2018 Stock final do período Passivo Contas a pagar Pagamentos em atraso 33.677,33 33.431,48 12.275,55 4.286,65 1.586,65 104,98	outubro de 2018 Variação face Stock final do período Pagamentos em atraso Passivo 33.677,33 33.431,48 12.275,55 -28,62% 4.286,65 1.586,65 104,98 19,57%	outubro de 2018 Variação face ao stock inic Stock final do período Pagamentos em atraso Passivo Contas a pagar 33.677,33 33.431,48 12.275,55 -28,62% -26,98% 4.286,65 1.586,65 104,98 19,57% 79,28%	

Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional

3OLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 11, OUTUBRO de 2018 ∙ ISSN 2182-6331

♦ 5. Anexos

Lista de entidades que cumprem com o estabelecido no art.º 7.º da LCPA (Serviços Integrados)

Assembleia Legislativa da Madeira

Assembleia Legislativa da Madeira

Presidência do Governo

Secretaria Geral da Presidência

Direção Regional Para a Administração Pública do Porto Santo

Vice-Presidência

Direção Regional da Administração Publica e Modernização Administrativa

Direção Regional da Economia e Transportes

Direção Regional do Orçamento e Tesouro

Inspeção Regional de Finanças

Autoridade Tributaria e Assuntos Fiscais da RAM

Direção Regional de Estatística da Madeira

Autoridade Regional das Atividades Económicas

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização de Projetos do SPE

Direção Regional da Inovação, Valorização e Empreendedorismo

Educação

Gabinete da Unidade de Gestão e Planeamento da SRE

Inspeção Regional de Educação

Direção Regional de Inovação e Gestão

Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco, Funchal

Escola Básica do 2 3 Ciclos Bartolomeu Perestrelo-Funchal

Escola Básica e Secundária de Machico

Escola Básica e Secundária da Calheta

Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

Escola Básica e Secundária Professor Doutor Freitas Branco-Porto Santo

Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol

Escola Básica e Secundária dos 2 3 Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia-Funchal

Escola Básica de Santo António

Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral-Santana

Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade-São Vicente

Escola Secundária Jaime Moniz-Funchal

Escola Secundária Francisco Franco-Funchal

Escola Básica e Secundária Dr. Angelo Augusto da Silva-Funchal

Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas-Carmo

Escola Básica dos 2 3 Ciclos do Caniço

Escola Básica dos 2 3 Ciclos dos Louros-Funchal

Escola Básica dos 2 3 Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro-São Roque

Escola Básica e Secundária do Porto Moniz

Escola Básica e Secundária Dr. Alfredo Ferreira Nobrega Júnior-Camacha

Escola Básica dos 2 3 Ciclos da Torre-Camara de Lobos

Escola Básica 1 2 3 Pré Prof. Francisco Manuel Santana Barreto-Fajã da Ovelha

Escola Básica dos 2 3 Ciclos do Curral das Freiras

Saude

Gabinete do Secretario e Serviços Dependentes--SRS

Agricultura e Pescas

Gabinete do Secretário Regional - SRAP

Direção Regional de Agricultura

Direção Regional de Pescas

Ambiente e Recursos Naturais

Gabinete da Secretária Regional - SRA

Inclusão e Assuntos Sociais

Gabinete da Secretária Regional - SRIAS

Conselho Economico Social da Região Autónoma da Madeira

Direção Regional Adjunta, da Inclusao e do Desenvolvimento Local

Direção Regional do Trabalho e Ação Inspetiva

Equipamentos e Infraestruturas

Gabinete do Secretario Regional dos Equipamentos e Infraestruturas

Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Publicas

Laboratório Regional de Engenharia Civil

Turismo e Cultura

Gabinete da Secretária Regional do Turismo e Cultura

Direção Regional de Turismo

Lista de entidades que cumprem com o estabelecido no art.º 7.º da LCPA (SFA/EPR)

Assembleia Legislativa da Madeira

Assembleia Legislativa da Madeira

Vice-Presidência

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira

Instituto de Desenvolvimento Regional

APRAM -Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Educação

Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira

Fundo Escolar - Escola Básica dos 1, 2 e 3 Ciclos/Pe. do Porto da Cruz

Fundo Escolar-Escola Básica e Secundaria Dr. Ângelo Augusto da Silva-Funchal

Fundo Escolar-Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas

Fundo Escolar-Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade-São Vicente

Fundo Escolar-Escola Básica e Secundária de Machico

Fundo Escolar-Escola Secundaria Francisco Franco-Funchal

Fundo Escolar-Escola Básica dos 1,2 e 3 Ciclos Prof Francisco M. Santana Barreto

Fundo Escolar-Escola Básica dos 2 e 3 Ciclos do Canical

Fundo Escolar-Escola Básica dos 12 e 3 Ciclos/Pe. do Curral das Freiras

Fundo Escolar - Escola Básica dos 2 e 3 Ciclos C. João Jacinto Gonçalves Andrade

Fundo Escolar - Escola Básica dos 2 e 3 Ciclos dos Louros -Funchal

Fundo Escolar - Escola Bás. 2 e 3 Ciclos de S. Jorge, Cardeal D. Teodósio Gouveia

Fundo Escolar-Escola Básica dos 2 e 3 Ciclos da Torre de Câmara de Lobos

Arditi-Agencia Regional Para Desenvolvimento da Inv. Tecnológica e Inovação Instituto Para a Qualificação

Saude

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM

Agricultura e Pescas

Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira

CARAM -Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM

Ambiente e Recursos Naturais

Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM

Inclusão e Assuntos Sociais

Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM

IHM-Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

Equipamentos e Infraestruturas

PATRIRAM-Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A.

♦ 6. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

Saldo Corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORCAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 11, OUTUBRO de 2018 = ISSN 2182-6331

♦ 7. Siglas e abreviaturas

ADSE Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

APR Administração Pública Regional

CGA Caixa Geral de Aposentações

CIVA Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

DGO Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)

EPR Entidades Públicas Reclassificadas

FCN Fundo de Coesão Nacional

GR/Gov. Reg. Governo Regional (da Madeira)

IABA Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas

IRC Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IS Imposto do Selo

ISP Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

ISV Imposto sobre Veículos

IT Imposto sobre o Tabaco

IVA Imposto sobre o Valor Acrescentado

LCPA Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

LOE Lei do Orçamento do Estado

OE Orçamento do Estado

p.p. pontos percentuais

PAEF-RAM Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira

SEC 2010 Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais

SCUTS Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores

SFA Serviços e Fundos Autónomos

SNS Serviço Nacional de Saúde

VH Variação homóloga

Quaaro I - Execução orçamental consolidada (outubro)	4
Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (outubro)	7
Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (outubro)	8
Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (outubro)	10
Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (outubro)	12
Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (outubro)	13
Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (outubro)	14
Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (outubro)	16
Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	18
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (outubro)	18
Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (outubro)	19
Quadro XII - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (outubro)	20
Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	20
Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	21
Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2018 (valores	
acumulados)	23
Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2018 (valores acumulados,).23
Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2018 (valores	s
acumulados)	23
Quadro XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas no final de outubro de 2018	
(valores acumulados)	23



♦ Ficha técnica

TÍTULO: Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira

EDIÇÃO: Vice-Presidência do Governo Regional

DESIGN GRÁFICO: © VP, 2018

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Novembro de 2018

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucionalhttp://www.madeira.gov.pt/srf/ | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt





